

Ênio Silveira e os *Cadernos do povo brasileiro*

Angélica Lovatto*

Resumo:

O artigo aborda a importância de Ênio Silveira, editor dos *Cadernos do povo brasileiro*, publicados de 1962 a 1964. Juntamente com Álvaro Vieira Pinto foi o organizador da coleção que completou 28 volumes até ser interrompida pelo golpe de 1964. Essa coleção da área das Ciências Sociais foi promovida pelo ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64) e editada pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Ênio Silveira. *Cadernos do povo brasileiro*. ISEB.

O editor Ênio Silveira (1925-1996) foi daquelas raras personalidades da história brasileira que conseguiu aliar compromisso político, sensibilidade social, generosidade pessoal, competência teórica, qualidade profissional e capacidade de renovação. O mundo editorial em nosso país não seria o mesmo sem a passagem desta mente aguçada e inquieta. Trabalhou intensamente pela divulgação e ampliação do livro, num país que sempre esgrimiou com o analfabetismo. E foi como parte desse louvável esforço que nasceram os *Cadernos do povo brasileiro*.

Uma inédita associação permitiu o surgimento desta coleção de 28 volumes que consideramos um dos maiores fenômenos editoriais do século XX¹. Em pleno início dos anos 1960, a união entre a editora Civilização Brasileira, o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955-64) e o CPC – Centro Popular de Cultura da UNE – União Nacional dos Estudantes, possibilitou a divulgação maciça destas publicações nos movimentos sociais, através da discussão suscitada junto ao movimento sindical do campo e da cidade, nos partidos políticos, no movimento estudantil secundarista e universitário etc. A efervescente sociedade da época estava em plena discussão sobre as Reformas de Base, as Ligas Camponesas atingiam seu ápice, as greves multiplicavam-se. A cultura agitava o país através da Bossa Nova, do Cinema Novo, do Teatro de

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), sediado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Doutoranda em Ciências Sociais na mesma Universidade. End. eletrônico: angel.lovatto@gmail.com

¹ As reflexões presentes neste artigo permeiam aspectos de minha tese de doutorado *Os Cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960: um projeto de revolução brasileira*, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP.

Arena. Enfim, publicações como os *Cadernos* tinham um fértil campo de disseminação e eram, a um só tempo, fruto desse contexto histórico e influentes sobre ele.

Além do esforço das entidades que se responsabilizaram por sua divulgação em âmbito nacional, os *Cadernos* causaram este impacto sobre a sociedade, em função de sua numerosa tiragem. Publicados de 1962 a 64, estima-se que a tiragem total de seus exemplares tenha ultrapassado a impressionante marca de um milhão de exemplares². Aliada ao formato de bolso, que possibilitava a divulgação de *mão-em-mão*, é bem possível que essa marca tenha sido potencialmente multiplicada. O instigante tema do número 4, *Por que os ricos não fazem greve?*, escrito por Álvaro Vieira Pinto, atingiu – sozinho – a marca de 100 mil exemplares vendidos (Cf. Silveira, 2003: 90).

Gênese e proposta dos *Cadernos do povo brasileiro*: o papel do ISEB e do CPC

Os *Cadernos* nasceram no contexto do governo João Goulart (1961-64). Era uma época marcada por forte sentimento de nacionalismo, num dos momentos mais *quentes* da Guerra Fria. A Revolução Cubana acabara de sair vitoriosa.

Esse período teve inflexões importantes no debate sobre o desenvolvimento brasileiro e caracterizou-se por redefinições da ideologia nacional. No estudo desenvolvido por Lúcio Flávio de Almeida (1995), *Ideologia nacional e nacionalismo*, encontra-se uma interessante periodização do nacionalismo brasileiro do pré-1964, e uma análise sobre as diferentes apropriações que o nacionalismo-populista sofreu: nacionalismo militar (1930 a 45), nacionalismo trabalhista (1951-54), nacionalismo triunfante (1955-60)³ e nacionalismo-reformista (1961-64).

Portanto, o nacionalismo-reformista foi o palco da coleção. Não por acaso, a principal proposta formulada pelos autores da publicação passava pela discussão: *reforma* ou *revolução*? A resposta dada pelos cadernistas foi preponderantemente a defesa da necessidade de uma revolução brasileira. Essa tendência é perceptível pelos títulos da coleção, bem como por seus autores, como por exemplo: *Quem pode fazer a revolução no Brasil?*, de Bolívar Costa (1962); *Que é a revolução brasileira?*, de Franklin de Oliveira (1963); *Quem é o povo no Brasil?*, de Nelson Werneck Sodré (1962)⁴; *Como seria o Brasil socialista?*, de Nestor de Holanda (1963).

² Essa estimativa é baseada nas informações de Ênio Silveira sobre a tiragem de, no mínimo, 20 mil exemplares de cada *Caderno* (Silveira, 2003 e 1994). Considerou-se também que pelo menos metade da coleção teve mais de uma edição (algumas chegaram a ter três). Enfim, mesmo com esses números baixos na estimativa chega-se à marca de um milhão. É provável que tenha sido superior.

³ Uma análise específica sobre o nacionalismo triunfante feita pelo autor encontra-se em Almeida (2006), *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*.

⁴ Uma análise específica sobre este *Caderno* pode ser buscada em Lovatto (2006), publicada no livro organizado por Paulo Cunha e Fátima Cabral (2006), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*, resultado da Jornada de Estudos Nelson Werneck Sodré, realizado na UNESP-Marília.

É importante destacar a composição da coleção em sua totalidade. Era formada por 28 *Cadernos*, assim distribuídos: 24 números consecutivos e um avulso, que poderíamos chamar de volumes temáticos, isto é, tinham um conteúdo de caráter histórico-político e econômico-social. Os três restantes tinham caráter cultural e foram reunidos sob o título de *Violão de rua – poemas para a liberdade*. Sofreram o mesmo destino de muitas publicações do período: seu abrupto encerramento a partir do golpe militar.

Os *Cadernos* eram escritos em linguagem acessível e jamais tiveram qualquer pretensão acadêmica. Seu público-alvo era a população em geral, independentemente do grau de escolaridade atingido. Por isso, a coleção temática – com seus títulos diretos, explosivos e na forma de questionamento – incidiam diretamente no debate político nacional. E a coleção cultural *Violão de rua* – com seus poemas engajados – denunciava numa tonalidade literária e artística as graves questões sociais que o país enfrentava: miséria, analfabetismo, doenças de massa. O número de lançamento da coleção deixa isso claro: *O que são as Ligas Camponesas?*, escrito por uma das principais lideranças que a luta no campo já teve no Brasil: Francisco Julião.

O papel do ISEB foi fundamental porque o instituto tinha passado por mudanças significativas no início dos anos 1960. Depois de uma fase marcada pelo nacional-desenvolvimentismo⁵, o *último ISEB*, como ficou conhecido, passou à direção de Álvaro Vieira Pinto, a partir de 1962. Essa fase correspondeu às lutas pelas Reformas de Base e a conseqüente radicalização política do período. Outro nome marcante desta fase do instituto foi Nelson Werneck Sodrê. O primeiro propôs o projeto que originou os *Cadernos do povo brasileiro* e o segundo propôs a coleção *História Nova do Brasil*. Estes aspectos serão aprofundados adiante.

O caso dos três volumes extras, *Violão de rua – poemas para a liberdade*, é particularmente interessante. Eles foram organizados pelo CPC – Centro Popular de Cultura da UNE, na linha editorial proposta pelos diretores Ênio Silveira e Álvaro Vieira Pinto. Mas precisavam de um outro coordenador, preferencialmente da área literária. Foi assim que surgiu o convite ao poeta Moacyr Félix. Esse trio – Silveira, Vieira Pinto e Félix – tornou possível planejar a coleção *Cadernos do povo brasileiro* em sua totalidade.

No primeiro volume extra, o CPC anuncia claramente o objetivo da publicação, em sua introdução:

(...) sem qualquer pretensão de realizar uma completa antologia, [a série] visa divulgar poetas que usam seus instrumentos de trabalho para participar, de modo mais direto, nas lutas em que ora se empenha o povo brasileiro, revolucionariamente voltado para as exigências de um mundo melhor e mais humano. (Volume extra-1, 1962: 4)

⁵ Uma periodização do ISEB pode ser buscada em Toledo (1982) e Jaguaribe (2005). A história do ISEB e sua desagregação podem ser buscadas em Sodrê (1978).

O que havia em comum entre as duas formas da coleção era a divulgação feita pelo CPC da UNE, que se tornou a grande mola propulsora da incrível inserção dos *Cadernos* junto à sociedade brasileira, notadamente seus movimentos sociais, sindicais e políticos. Neste sentido, os Centros Populares de Cultura, nos anos 1960, funcionaram de fato como um departamento de *agit-prop*⁶.

Ênio Silveira e os *Cadernos*

Em prefácio ao livro de depoimentos de ex-integrantes do CPC, organizado por Jalusa Barcellos, no início da década de 1990, *CPC – uma história de paixão e consciência* (1994), Ênio Silveira explica o surgimento dos *Cadernos do povo brasileiro* e de como sua divulgação se ligou ao CPC. O Centro Popular de Cultura “foi ganhando foro cada vez mais amplo e autônomo, sem perder, contudo aquele caráter de ‘agit-prop’” (Silveira, 1994: 11).

Como vimos, a Civilização Brasileira já publicava toda a coleção temática antes do surgimento dos volumes artísticos de *Violão de rua*. E o CPC também já tinha participação na divulgação dos volumes anteriores. Silveira narra sua satisfação com o projeto:

(...) faço questão de declarar aqui, com justificado orgulho que também contribuí com minha chegada pessoal para o progresso e o fortalecimento do CPC da UNE. Presidente e principal acionista da Editora Civilização Brasileira (onde tinha a valiosa cooperação de muitos intelectuais citados antes, como Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Alex Viany, Dias Gomes) e publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC – notadamente, a coleção de livros populares, em formato de bolso, que foi a série dos ‘Cadernos do Povo Brasileiro’, confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50 por cento do preço de venda ao público) (Silveira, 1994: 11).

Esse tipo de acordo dava ao CPC uma participação importante na venda dos CPBs e isso significava muito na estratégia de auto-sustentação das atividades que eram levadas para todo o público estudantil. Ainda no sentido de esclarecer devidamente o que significava a *agitação e propaganda* do CPC da UNE, Silveira não deixa por menos, afirmando que era um “‘agit-prop’ não subalterno, não partidário” e que tinha o propósito de “despertar toda a população do marasmo cultural em que vivia”. Esse propósito tinha como objetivo abrir os olhos e a consciência dessa população para a necessidade de repensar o Brasil “em termos brasileiros, segundo a ótica dos deserdados do poder, dos humildes e ofendidos que uma automeada elite sempre quis manter nos patamares inferiores da pirâmide social” (*Ibid.*: 7).

⁶ O termo *agit-prop*, que significa, agitação e propaganda, era um termo comumente usado nos anos 1960 e vinha de uma referência à tradição das lutas de esquerda.

O CPC já existia pelo esforço de criação de três jovens da época – Oduvaldo Viana Filho, Leo Hirszman e Carlos Estevam Martins – mas passou a ser “volante” apenas quando Aldo Arantes, estudante da PUC do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da UNE, em 1961⁷.

Arantes teve a ideia de fazer o debate da reforma universitária – assunto candente daquele momento – indo pessoalmente a todos os diretórios estaduais da UNE. E mais: levaria também o debate sobre as reformas de base como um todo, não apenas a questão específica da reforma universitária. Esse plano foi denominado de “UNE VOLANTE”.

Como essas discussões eram necessárias, porém áridas, Aldo Arantes planejou levar – a cada Estado onde a discussão seria feita – o pessoal do CPC, isto é, aquele setor da UNE que estava criando e promovendo peças teatrais, músicas, poemas, enfim, o que ficou conhecido na época como “arte engajada”. Esses espetáculos punham em discussão, de maneira artística, os temas políticos e sociais tratados nos debates: “o objetivo básico do CPC era agitar a massa universitária e conscientizá-la dos grandes desafios que tinha diante de si para acordar a nação” (Silveira, 1994: 9)⁸.

O resultado não poderia ter sido mais eficaz, pelo menos do ponto de vista político, pois posteriormente, a arte produzida pelos CPCs foi bastante questionada, inclusive por alguns de seus próprios artistas⁹. Mas naquele momento, a união dos dois aspectos – político e artístico – foi uma fórmula certa sob aquele contexto e ficou na história por sua eficácia política na conscientização das massas estudantis. Como observou Silveira, “mobilizando os estudantes, chegar-se-ia a platéias bem mais amplas” (*Ibid.*). Essa era a força estratégica do movimento estudantil.

Silveira descreve animadamente e “com justificado orgulho” como contribuiu pessoalmente para o fortalecimento do CPC da UNE, “publicando livros que mantinham grande sintonia com os propósitos do CPC – notadamente, a coleção de livros populares, em formato de bolso, que foi a série dos ‘Cadernos do Povo Brasileiro’” (*Ibid.*).

Essa relação teria se dado da seguinte maneira: “confiei ao Centro Popular de Cultura boa parte de sua difusão em todo o país, assegurando ao CPC a comissão de distribuidor (50 por cento do preço de venda ao público)” (Silveira, 1994: 12).

⁷ Aldo Arantes, em 1961, era membro da JUC – Juventude Universitária Católica – que viria a ser um dos alicerces da Ação Popular – AP, partido fundado em 1962.

⁸ Moacyr Felix faz referência à importância cultural do CPC para a publicação de *Violão de Rua* na *Nota Introdutória* do segundo volume: “Assim como já havia sido com o primeiro, imaginamos e organizamos este segundo *Violão de Rua*, em colaboração com o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, cujos programas e cujos objetivos vêm caracterizando, cada vez mais, uma apaixonada e eficiente presença dentro dos setores mais vivos da atualidade cultural brasileira” (Félix, 1962: 9).

⁹ O questionamento básico foi em relação à arte “encomendada”. Pelos limites do escopo deste artigo, não discutiremos aqui esta questão. Aprofundamentos podem ser buscados em Gramsci (1982). E também em Konder (1967) e Gullar (1969 e 1979), este último integrante do próprio CPC.

Em seu característico desapego financeiro, em se tratando de acertos com entidades políticas progressistas – já que, por outro lado, sempre foi um eficiente administrador e modernizador do livro no Brasil – Silveira jamais deixou de dar ao CPC da UNE apoio incondicional, que envolvia aquele importante aspecto da militância batizado muitas vezes – na falta de melhor nome – pelo termo “fazer finanças”:

Devo acrescentar que os acertos com a UNE nem sempre se pautaram pelas mais tradicionais normas comerciais. Assim, os ‘acertos’ eram incertos, e os resultados financeiros foram frequentemente apropriados, *com nosso caloroso consentimento*, para outras finalidades mais urgentes. Numa visão administrativamente falha, mas politicamente correta, a editora fechava os olhos, convencida do grande trabalho que a UNE e seu CPC vinham realizando (Silveira, 1994: 12, grifos nossos).

Neste aspecto, mais uma vez transparece a dimensão humana de Ênio Silveira, já que tal atitude constituía-se em raro procedimento pessoal, editorial e político, mesmo considerando os parâmetros daquela época.

Há dois momentos, nos anos 1990, em que Ênio Silveira faz um balanço especificamente sobre o *Violão de Rua*. O primeiro em 1994, no já citado prefácio (1994). O segundo em seu depoimento para a coleção *Editando o editor*¹⁰, gravado em 1994-5.

Na primeira publicação referida, depois de ter explicado como se relacionava com o CPC, Silveira afirma que: “Como volumes extras da série ‘Cadernos do Povo Brasileiro’, publicamos também – com o título geral de *Violão de Rua* – antologias de poesias engajadas no processo de transformações em curso na sociedade brasileira”. Ele explica como a coleção equilibrou o lançamento de poetas consagrados – ou já lançados e em vias de se consagrar – com estreantes. Nos dois últimos casos a coleção foi fundamental para sua consagração. Nas palavras do editor: “Nelas [as poesias engajadas da coleção], ao lado de poetas, já consagrados, como Vinícius de Moraes, Paulo Mendes Campos, Geir Campos, Moacyr Félix e Ferreira Gullar, divulgamos pela primeira vez estreantes de talento, que mais tarde marcariam presença na poesia brasileira, como Affonso Romano de Sant’Anna, José Carlos Capinam, Wania Filizola e outros” (Silveira, 1994: 12-13).

No segundo texto – *Editando o editor* – esse balanço aparece quando destaca que naquele momento haviam sido lançados “vários autores que hoje têm sucesso: Afonso Romano de Sant’Ana, Capinam, Gullar também, e por aí vai”. Também explica o que significava naquele momento fazer uma arte “engajada”:

Então, vários desses autores praticavam poesia, que se pode discutir hoje se é ou não a melhor poesia brasileira, talvez não seja, mas era muito necessária. A coleção

¹⁰ Coleção da EDUSP, cujo volume sobre Ênio Silveira é organizado por Jerusa Pires Ferreira (2003), a partir de depoimento do editor feito a Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra.

tinha uma grande ligação com o CPC. Nós lançamos peças de teatro também. Foi uma experiência de livro de bolso que, é curioso, prova que infelizmente o livro ainda não venceu certas barreiras na consciência das pessoas (Silveira, 2003: 91).

Esse último aspecto levantado por Silveira – a barreira que o livro enfrentava – ilustra bem a popularização da publicação, pois, como dissemos, tinha um formato de bolso num país onde a propagação literária tinha dificuldades de se concretizar em função da imensa massa de analfabetos e, o que é pior: mesmo na parte alfabetizada, existia a dificuldade de consumo cultural que uma literatura mais sofisticada apresentava.

Daí a coleção como um todo, e *Violão de Rua*, em especial, ter cumprido um papel intermediário, onde qualidade do conteúdo e seriedade no tratamento das questões estavam misturadas, elegantemente, a aspectos de agitação e propaganda e linguagem acessível para as massas. Logo, produzir para a coleção – fossem temas históricos, fossem temas artísticos – não significava simplesmente escrever fácil e sem nível. Pelo menos essa parece ter sido a autêntica disposição dos autores.

Outro aspecto interessante revelado pelo editor é a maneira como caracteriza o espírito que permeava os anos 1960, localizando o fenômeno cultural do CPC e a propagação dos *Cadernos*: “É evidente que o fenômeno não surgiu por um passe de mágica, nem foi manifestação isolada de um projeto de renovação cultural” (Silveira, 1994: 10). Ele explica que esse tipo de preocupação com a tomada de consciência dos problemas nacionais estava presente em vários outros campos simultaneamente. Tentava-se “por em marcha esforços conseqüentes para a urgente revisão crítica de velhos conceitos” (*Ibid.*). E isso se tornou um movimento multiplicador.

A principal referência apontada neste aspecto é o “importantíssimo papel” que o ISEB desempenhou nessa fase, citando os autores com os quais planejou os *Cadernos*:

Com Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e vários outros brilhantes intelectuais a comandá-lo, ele teve uma importância seminal para dar ao país uma visão mais objetiva e autoconfiante, para apontar vícios de estrutura que deveriam ser eliminados para que ele pudesse encontrar o melhor caminho para a materialização de suas mais legítimas aspirações nacionais (*Ibid.*).

O período isebiano ao qual Ênio Silveira está se referindo é aquele que citamos há pouco (que acompanha a luta pelas reformas de base). Após a eleição de Roland Corbisier¹¹ para deputado, em 1962, Álvaro Vieira Pinto passa a ocupar a direção do Instituto. Essa fase já era de plena campanha das forças de direita contra o ISEB e, como parte desta estratégia, desde 1961 as verbas para o Instituto tinham sido cortadas, deixando todo o projeto vulnerável¹².

¹¹ Corbisier presidia o instituto desde sua fundação, em 1955.

¹² Sodré (1978), ao se referir a essa campanha de difamação promovida contra o ISEB, fala do corte de verba: “Em 1961, o ISEB ficaria privado de sua verba orçamentária, era excluído do orçamento. Ocorreria na Câmara, tão simplesmente, a subtração, nas folhas do Ministério da Educação, do item

Foi então que a generosa presença da Civilização Brasileira, através de seu editor, possibilitou a condição de alguns projetos não serem desestimulados por completo. E, fundamentalmente, a dedicação de Vieira Pinto e Werneck Sodré nesta fase levaram à criatividade de propor duas coleções: os *Cadernos*, sob a coordenação do primeiro e do próprio Ênio Silveira e a coleção *História nova do Brasil*, sob a coordenação de Sodré¹³. Ambos convidariam os alunos recém-egressos da Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro, para escrever textos para as duas coleções. O trabalho não seria remunerado, mas os iniciantes teriam seus textos publicados sob a chancela do ISEB e, no caso dos *Cadernos*, também sob a chancela da Civilização Brasileira. Não era pouco. Sem o apoio de Silveira, tudo teria ficado muito mais difícil.

Este último aspecto responde a uma parte das dúvidas sobre como a coleção foi lançada e como eram definidos os autores que ali escreviam. O próprio Ênio Silveira já tinha um *portfólio* de autores que escrevia para a editora e isso, evidentemente, foi usado. No início dos anos 1960, a editora estava em seu ápice de produção e de vendas, e ocupava um papel decisivo na divulgação de obras de autores progressistas e/ou de esquerda, bem como literatura da melhor qualidade, nacional e estrangeira.

Outra evidência é que, diante do clima de defesa das reformas de base – dentre elas a importante e polêmica reforma agrária – o primeiro número da coleção foi pensado a partir de uma figura proeminente naquele momento: Francisco Julião, abordando a questão das Ligas Camponesas, que invadia o panorama feudal brasileiro com muita intensidade. Esse primeiro número dava o tom da coleção.

No entanto, os números subseqüentes não deixavam por menos: os volumes 2, 3 e 4 foram escritos pelos três intelectuais mais importantes do ISEB naquela fase. O historiador Sodré, sobre o povo no Brasil, tema presente no título da coleção; o desembargador Osny Duarte Pereira com a explicitação de quem fazia as leis no Brasil e o filósofo Vieira Pinto com seu famoso escrito, já referido, sobre as razões de os ricos não fazerem greve. Os quatro primeiros números, portanto, incendiaram a discussão sobre as reformas. A partir dos demais volumes, foram frutificando os trabalhos dos alunos formados na FNF, revelando novos autores para as Ciências Sociais no Brasil.

Um importante projeto de Ênio Silveira, à época, e que guarda relação com alguns aspectos dos *Cadernos*, foi a criação de uma livraria ligada à editora. O lema da “Livraria Civilização Brasileira” dizia muito de seu editor: “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”. O próprio Ênio Silveira – lamentando o atentado a bomba que

referente ao ISEB; a rubrica ISEB desaparecera. Quando, ao iniciar os seus trabalhos, em 1961, o ISEB planejou suas atividades, a administração deparou a extraordinária singularidade: não dispunha de verba para coisa alguma. (...) Com redobrado esforço e sacrifício dos professores, foram impulsionados os cursos extraordinários, os seminários, as conferências, no ISEB ou fora dele. Nunca trabalhamos tanto” (Sodré, 1978: 64).

¹³ Detalhamentos em Sodré (1986). A publicação da *História Nova do Brasil* não foi da Civilização Brasileira.

destruiu o prédio da livraria no pós-1964 – quando ainda funcionava na Rua Sete de Setembro, diz que sua maior satisfação era ver de longe a projeção da inscrição desse lema. É que o prédio tinha uma projeção em direção à rua e o lema ficava em destaque, visível mesmo a uma grande distância (Cf. Silveira, 2003: 71).

Os *Cadernos do povo brasileiro* são, em nosso entendimento, uma parte muito importante desse projeto de ler mais, para falar bem, ouvir bem e ver bem. E, ainda, com uma característica de popularização muito forte em função dos objetivos da coleção. E isso por vários aspectos. A divulgação massiva promovida pelo CPC da UNE trazia também questões de ordem política. A presença do PCB na história brasileira era muito forte naquele momento, mesmo estando na clandestinidade. A esquerda católica também se fazia presente e estava organizada basicamente em torno da AP – Ação Popular. A aliança entre esses dois setores na política estudantil levou a uma grande projeção das lutas pelas reformas de base.

O próprio Ênio Silveira era filiado ao PCB. Porém, a trincheira que mantinha com a editora e a livraria sempre foi de preservação de autonomia. Ele fazia questão de não tornar a Civilização Brasileira uma editora do “partido”, embora o partido nem sempre tenha aceitado isso de bom grado. Essa posição jamais fez com que ele deixasse de ter uma posição absolutamente firme em quaisquer circunstâncias de ordem política no seu compromisso com a esquerda, como comprova sua própria história¹⁴.

Os *Cadernos do povo brasileiro* também foram pensados dentro desse binômio participação/autonomia em relação aos membros do PCB. Nele escreveram autores pecebistas de diferentes matizes, antes e depois da cisão formalizada em 1962¹⁵, bem como autores que não se ligavam ao partido. Num dado momento em que Silveira dá depoimento sobre o surgimento da coleção, explica como conseguia manter tal posição: “Foi uma coleção, se se quiser, engajada, mas não necessariamente. Apesar do partido querer utilizar a coisa como instrumento de propaganda política, ainda assim a coleção não era partidária (Silveira, 2003: 91).

Por tudo que se disse até aqui – e ainda faltaria falar muito mais – Ênio Silveira foi uma figura de proa na história cultural e política do Brasil e merece um destaque especial. Ele não foi um simples editor, foi um propagador da cultura brasileira. E a Civilização Brasileira foi um marco na divulgação de obras inéditas no Brasil, nunca antes traduzidas¹⁶ para o português, na área das Ciências Sociais e Política, bem como da literatura e teatro, esta última sempre muito pouco valorizada pelas editoras.

¹⁴ Durante a ditadura militar, Ênio Silveira foi considerado um ícone da resistência. Em sua Livraria aconteciam reuniões de intelectuais e militantes diversos.

¹⁵ Em 1962 formalizou-se uma cisão no partido fundado em 1922. A discussão vinha, no mínimo, desde os desdobramentos do XX Congresso da URSS, em 1956, que tinha denunciado os crimes de Stalin. De um lado ficou o PCB – Partido Comunista Brasileiro, designação consignada em 1961, quando da alteração dos estatutos para a tentativa de registro legal. De outro, ficou o PC do B – Partido Comunista do Brasil.

¹⁶ A primeira tradução completa de *O Capital* foi editada pela Civilização Brasileira, a partir de 1968.

Sem o apoio de Ênio Silveira é bem provável que os *Cadernos do povo brasileiro* jamais tivessem logrado a projeção nacional, divulgação e tomada de consciência que alcançaram naquele momento histórico. Ou talvez sequer tivessem existido. Como em tantos outros momentos – notadamente após a deflagração do golpe com as profundas dificuldades que o regime repressivo trouxe a todos aqueles autores e militantes que passaram a ser perseguidos – a figura de Silveira foi um esteio em tempos de barbárie. E não por qualquer comodidade que sua situação pessoal propiciasse, pois ele próprio foi um dos principais alvos da ditadura militar, preço que pagou literalmente com 7 prisões, indiciamento em Inquéritos Policial-Militares (IPMs) e perda de todo seu patrimônio pessoal. Aliás, houve um IPM específico sobre a Civilização Brasileira. Além desse, Silveira teve o “privilégio” de ter sido convocado a prestar depoimento também no IPM sobre o ISEB. Mas isso já é assunto para um outro artigo.

Bibliografia

- ALMEIDA, L. F. (2006). *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUFSC.
- _____. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ.
- CUNHA, P. e CABRAL, F. (orgs.). (2006). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP.
- GRAMSCI, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GULLAR, F. (1979). Vanguardismo e cultura popular no Brasil. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 5.
- _____. (1969). *Vanguarda e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOLANDA, N. (1963). *Como seria o Brasil socialista?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 8.
- JAGUARIBE, H. (2005). O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, C. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, Revan.
- JULIÃO, F. (1962). *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 1.
- KONDER, L. (1967). *Os marxistas e a arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOVATTO, A. (2006). O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos *Cadernos do povo brasileiro*. In: CUNHA, P. e CABRAL, F. (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP/FAPESP.

- OLIVEIRA, F. (1963). *Que é a revolução brasileira?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 9.
- PEREIRA, O. D. (1962). *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 3.
- PINTO, A. V. (1962). *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 4.
- SILVEIRA, E. (2002). *Editando o editor*. In: FERREIRA, J. P. (org.). Depoimento a Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes e Mirian Senra. São Paulo: Edusp.
- _____. (1994). Prefácio. In: BARCELLOS, J. *CPC da UNE – uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SODRÉ, N. W. (1986). *História da História Nova*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1978). *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir.
- _____. (1962). *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, vol. 2.
- TOLEDO, C. N. (org.). (2005). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. (1982). *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática.